

PREOCUPAÇÕES COM A IDENTIDADE DO JORNALISTA¹

*William Pereira de Araújo*²

RESUMO

Este trabalho mostra o esforço de vários autores no sentido de abordar a questão da identidade do jornalismo e do jornalista em momentos delicados de mudanças em sua pragmática. Baseado na literatura existente até o momento procura esboçar qualidades e defeitos que caracterizam esta atividade, procurando enfatizar a trajetória do jornalismo brasileiro. Diante disso, procura lançar algumas possibilidades em relação à condição em que está o jornalismo e sua prática.

PALAVRAS CHAVE

Jornalismo; Identidade; Crise.

ABSTRACT

This work presents the effort of some authors in the direction to approach the question of the identity of the journalism and the journalist at delicate moments of changes in its pragmatic one. Based in existing literature until the moment it looks for to sketch qualities and defects that characterize this activity, being looked for to emphasize the trajectory of the Brazilian journalism. Ahead of this, it looks for to launch some possibilities in relation to the condition where it is the journalism and practical its.

KEY WORDS

Journalism; Identity; Crisis.

¹ Adaptação do Estado da arte da tese de doutorado Crise de Identidade no Jornalismo, recentemente defendida na Umesp.

² Doutor em Comunicação pela Umesp. Jornalista. Docente do Curso de Comunicação Social da FAAT.

Retrato Embaçado

O jornalismo e o jornalista por suas características, sempre despertam a atenção da sociedade, sobretudo quando as falhas destacam-se mais que as virtudes. Parece ser inegável na contemporaneidade a contribuição desta atividade para a sociedade e de modo especial para o cidadão, que —pelo menos Brasil pós-redemocratização— tem observado os contínuos escândalos que vêm à tona e devidamente acompanhados por um batalhão de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas.

Em virtude de sua qualidade divulgadora, muitos olhares acabam sendo direcionados para estes atores, constituindo deste modo um cenário de vigilância e de cobrança constante, tanto da empresa de comunicação quanto dos envolvidos nas notícias, sem dizer o público-alvo (leitor, telespectador, ouvinte ou internauta) que também se expressa por meio de seções específicas nos jornais, revistas e na web³. A literatura, por outro lado, também tem estado de olho nos jornalistas e no jornalismo de um modo geral, razão pela qual há pelo menos uma década a hipótese de que o jornalismo e do jornalista estavam no fim passou a ser aventada. Marques de Melo (2003) retoma este cenário, sugerindo aceitação de desafios.

Estas preocupações sistemáticas e mesmo as tentativas de denegrir esta classe chama a atenção para um olhar no que tange o estado da arte destas abordagens, sendo este o objetivo central deste trabalho. Pretende-se, com isso, localizar no tempo e na trajetória do jornalismo, alguns dos momentos em que atores e entidades, reconhecendo nesta prática profissional sua importância (boa ou má), resolveram escrever e registrar no tempo e no espaço determinadas mudanças. Para tanto, o pesquisador fez algumas opções conceituais relacionadas

³ Cristofelli mostra, por exemplo, o advento dos monitores de mídia como o 5º poder, na medida em que fiscaliza o planejamento, o fazer e a repercussão da produção midiática. Ver Christofoletti, Rogério. Nos intestinos da mídia: A prática dos observadores na Internet. Disponível em http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/especial5_d.htm . Capturado em 27 agosto 2006.

ao objeto de estudo, de modo a contribuir com o entendimento. Uma vez que se trata de jornalismo e de jornalista, cabe elucidar quanto à diferença destes conceitos. Para Ribeiro (1994), jornalismo é um conjunto de técnicas, saber e ética voltado para a captação da informação; imprensa, por sua vez é a divulgação diária de notícias feita normalmente através de jornais e revistas, bem, como empresa jornalística é a estrutura econômica destinada à comercialização do material impresso.

Outro aspecto que diz respeito a esta abordagem é o fenômeno crise de identidade. Crise, a partir de sua raiz etimológica grega, *krísis*, evidencia uma “ação ou faculdade de distinguir, escolher, decidir, julgar” (HOUISS, 2004, p. 872). Semelhante à concepção médica do século XVIII, que a coloca como “dia que, na evolução de uma doença, constituía o momento decisivo para a cura ou para a morte”, sua extrapolação para a economia e demais áreas é uma questão de tempo: na área econômica este fenômeno é associado ao funcionamento do organismo humano, entendimento que fará Joseph Shumpeter sugerir que no cerne do capitalismo a crise poderia ser entendida como uma “destruição criativa”, termo que na visão de Drucker (1999:58-59) ganha dimensão no século XX tornando-se disciplina que pode ser ensinada e aprendida.

Na área de comunicação, a apropriação do termo vem caracterizada pelos estudos do pai da cibernética Norbert Wiener, para quem “a organização é a mensagem”. Na área científica, este termo foi interpretado por Thomas Kuhn como paradigmas que são superados quando uma nova experiência torna o conhecimento anterior algo obsoleto. Já o fenômeno identidade, tal como acentua Ferrater Mora (1982:190), inegavelmente está associado a dois pontos de vista: o ontológico e o lógico. No primeiro, “qualquer coisa é igual a si mesma”; já o segundo, caracteriza o reflexo lógico da identidade ontológica.

O “princípio da identidade”, denominação atribuída pelos lógicos provêm, no entanto, de Parmênides e de sua crítica a Heráclito quanto à idéia de fluir da realidade. Tal contribuição é importante, pois predomina até a atualidade, sob variados aspectos. Procurando elucidar o princípio de que “o ser é, o não ser não é”, Parmênides chega a várias conclusões,

como por exemplo: o ser é único, eterno, imutável, infinito e imóvel. Mais que isso, averiguando a oposição desta metafísica em relação as mudanças evidenciadas no universo, sugere pela primeira vez a existência de um mundo sensível e outro inteligível, que são distintos. O primeiro é ininteligível, pois é passível de tropeços em relação à lógica e à racionalidade. Já o outro, que é o do pensamento é autêntico, pois está submetido à lógica da identidade.⁴

Para complementar, torna-se necessário dizer que o objetivo é perseguir as idéias em torno dos abalos à identidade do jornalista numa delimitação possível compreendendo o fenômeno no Brasil, especialmente no período que vai do surgimento do campo de atuação destes profissionais até a contemporaneidade.

Ponto de Ruptura

Ao abordar “a conscientização de tempo da modernidade e a sua necessidade de autodecifração”, Habermas (2000), recorre a vários autores (Weber, Durkeim, Mead, entre outros) e obras para entender a racionalização do Ocidente. Fenômeno que tem início no século XVIII e acentua-se no XIX, em seu funcionamento cria esferas culturais e de valor que serviram como espécies de “legalidades internas”⁵, mas também demonstra o desenvolvimento de “sociedades modernas”, destacando um núcleo organizador da empresa capitalista, bem como um outro em relação ao aparelho burocrático do Estado. Com isso, a racionalização atribui sentido dissolução das formas de vida tradicionais, criando verdadeiras estruturas de racionalidade com respeito a fins.

Como decorrência, ganha destaque a discussão em torno da passagem do velho para o novo, destacando o esforço de compreensão e delimitação dessa ocorrência por parte das duas distintas versões teóricas da pós-modernidade —a

⁴ Garcia Morente, 1979, p.64.

⁵ Habermas ob. cit..p.4.

neoconservadora e a anarquista. A primeira, esboçando uma “autoco mpreensão cultural da modernidade aparentemente ultrapassada”; a segunda, considerando o desacoplamento entre modernidade e racionalidade e a idéia da pós-história⁶.

Esse parece ser um ponto de ruptura no qual o jornalismo foi enredado, aspecto devidamente localizado e interpretado por Marcondes Filho (2002, p. 09), quando identifica o jornalismo como reflexo da aventura da modernidade, especialmente no tocante aos direitos sociais e humanos. Para ele, o fato dele incorporar tão energicamente o espírito moderno — “a razão...o questionamento de todas as autoridades...a crítica da política e a confiança irrestrita no progresso” — de repente viu-se à margem do processo quando sua sustentação começou a soçobrar, neste caso “a falência do discurso humanista...a sedução mediática irracional e mágica...e a hegemonia da técnica no final do século” XX.

Hegel, por sua vez, parece entender o tempo moderno como o mais recente, delimitando seu começo a partir da ruptura que o Iluminismo e a Revolução Francesa promove entre os contemporâneos “mais esclarecidos do final do séc. XVIII e começo do XIX”. Ao optar por uma ruptura com o passado, a modernidade assume uma posição antitética, na medida em que “não pode e não quer tomar dos modelos de outra época os seus critérios de orientação”: “*ela tem de extrair de si mesma a sua normatividade*”.⁷ Para Habermas⁸, isso explica sua autocompreensão, expressa nas dinâmicas das tentativas de afirmar-se a si mesma, aspecto que prevalece até os dias atuais. Baudelaire⁹, por sua vez, recorrendo ao parâmetro estético diz: “A modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável”. É possível notar, portanto, que as mudanças que ocorrem na tra-

⁶ Habermas ob. cit. P.6-7.

⁷ Grifo do original.

⁸ Habermas, ob. cit. p. 12.

⁹ Habermas, ob. cit. p. 14, citando Baudelaire, Ch. “Der maler dês modernen lebens. In Ges Schriften ed. M.Brunns (Melzer). Darmstadt, 1982, vol. I.

jetória das sociedades mais avançadas parecem traduzir ciclos de esgotamento cujas definições ou conceituações parecem vir com fortes elementos de preconceito ao que se configura como passado. Neste sentido, Habermas interpreta que “o presente não pode mais obter sua consciência de si com base na oposição a uma época rejeitada e ultrapassada, a uma *figura* do passado”. Diante disso, a autocompreensão da modernidade leva gradativamente à autocertificação, processo traumático que evidencia aspectos de crise de identidade. Esta incerteza contribui para que Hegel descubra “o princípio dos novos tempos: a subjetividade”. E é a partir dela que o filósofo consegue explicar simultaneamente não só “a superioridade do mundo moderno”, mas também a “sua tendência “a crise”.¹⁰

Para compreender o jornalismo e o jornalista inseridos neste contexto, há que se considerar a contribuição de Pierre Bourdieu, no tocante à constituição a idéia de constituição de um campo de atuação quando já existem forças suficientes e capazes de forjar, propor e negociar seus respectivos níveis de interesse. De outro modo, considera-se também o que pensa Marques de Melo (1998) no tocante ao surgimento da imprensa, ocorrência que pressupõe a existência ou a mobilização em torno de estruturas complexas caracterizadas pelas metrópoles.

Empregando os aspectos teóricos sugeridos até o presente momento, parodiando Marcondes Filho, torna-se possível compreender que muitas das variáveis que perpassam o fazer e a identidade do jornalista e do jornalismo, sem dúvida acentua e fortalece outro fenômeno, esfera pública, que em linha gerais ajudam a forjar o cenário que credibiliza esta pragmática.

A opinião pública atual no entanto em nada se assemelha à do início do século XX, ocasião em que se observa nítidas pistas do delineamento da identidade jornalística, seja pelo fortalecimento da indústria midiática, seja pelas exigências das empresas e do mercado de consumo ou, ainda pela organiza-

¹⁰ Habermas, ob. cit. p.25.

ção dos primeiros jornalistas interessados em que a classe fosse respeitada como tal. Em outras palavras, os esforços de Gustavo de Lacerda e alguns de seus contemporâneos, mobilizados em torno da criação da ABI, em 1908.

Estado da Arte

Em "Four Theories of Press (1956, citado por Kunczik 2002, p. 74, Subert, Peterson e Schramm, supõem que "a imprensa sempre tira sua forma e seu colorido das estruturas sociais e políticas nas quais está trabalhando". E, para desalento de muitos já à época acentuavam que "esse conceito estabeleceu o modelo para a maioria dos sistemas do mundo e ainda persiste". Tal entendimento remonta, no entanto ao regime estatal absolutista em vigor no séc. XVI, ocasião em que prevalece a teoria autoritária que, por sua vez, faz com que a imprensa sirva ao Estado. À ocasião, a encomenda feita a um grupo de sábios para "o reconhecimento da 'verdade' ganha outros rumos no séc. XIX com a teoria liberal, momento em que "a imprensa deveria ser, digamos," ... "um sócio na busca da verdade e não um instrumento do governo".

A transferência destas ocorrências para o Brasil certamente leva a desencontros, como é possível notar com a implantação da tipografia, associando-o, por exemplo, às Acta Diurna ou às Gazetas manuscritas do séc. XV, aspectos frisados por Domenico de Gregório como sendo, isso, ocorrências correspondentes à "pré-história do jornalismo". (apud Marques de Melo, 1998, p. 72)

Ao retratar a condição da imprensa e posteriormente do jornalismo dentro de variados contextos problemáticos, Nelson Werneck Sodré (1983:4) deixa transparecer as variadas crises sofridas pelos envolvidos com esta atividade. O ingresso da imprensa no país, por exemplo, é permeado de dúvidas. Marques de Melo (2003:21-22) retrata que durante o Segundo Reinado, o resgate precoce do jornalismo, feito pelo Instituto Histórico, "despertam polêmicas que conquistariam os corações e mentes de nossos intelectuais, ao enaltecer o 'pioneirismo' dos holandeses na introdução da impressão em terras brasilei-

ras, contrastando com o 'atraso' dos portugueses, que a proíbem e reprimem".

A alegação dos portugueses, nas palavras de Sodré¹¹, está nas condições coloniais adversas: o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão. A etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias à instalações da imprensa". Segundo este autor¹², apesar de os holandeses dominarem a área mais rica da colônia no século XVII e "apesar de lhe terem dado singular desenvolvimento, na área metropolitana na proporção do avanço de sua burguesia, não se empenharam em trazer ao seu novo domínio americano a arte tipográfica. "Os ensaios produzidos por José Higino Duarte (1883) e Alfredo de Carvalho (1899) mostram que "a iniciativa de Nassau não fora consumida, por razões fortuitas, e os impressos supostamente recifenses haviam sido reproduzidos em gráficas européias".¹³

Com o ilimitado poder oriundo da coroação de D. Pedro, o cenário problemático dá-se por meio da suspensão de liberdade de imprensa¹⁴, notadamente depois do fechamento de Constituinte. A perseguição à imprensa ganha outras nuances, fazendo surgir jornais como A Malagueta, de Luis Augusto May, e os vários jornais de Soares Lisboa, o primeiro intentado no Brasil por abuso da liberdade de Imprensa, traço que foi perseguido incansavelmente na fase dos pasquins e publicações posteriores.

Em um salto significativo, na passagem do séc. XIX para o XX observa-se a decadência da literatura. E esboçada na obra de Lima Barreto, Recordações do Escrivão Isaías Caminha, mostra

¹¹ Sodré, ob. cit. p.16.

¹² id.ib. p. 16.

¹³ id. ib.p 22.

¹⁴ A partir deste ponto, somente na Revisão de Literatura, o pesquisador optou por grifar palavras-chave que evidenciam a trajetória de problemas ou crises. Este procedimento é adotado porque o autor optou por traçar a revisão de modo linear, bem como para estabelecer um outro nível de leitura para este levantamento.

“alguns aspectos dessa mediocridade, no palco da imprensa e na fase em que ela ... aceitava as fracas muletas de uma literatura decadentista, em tudo e por tudo na correspondência em que as oligarquias dominavam amplamente o país”.¹⁵

O empreendimento individual, pelo menos nas grandes cidades deixa de existir na virada do século, assumindo a imprensa a partir daí características empresariais. No interior, no entanto, esse modelo prevaleceu até bem pouco tempo, meados da década de 90, quando se iniciaram os processos de parceria e de fusão, visando a sobrevivência. De acordo com Sodré¹⁶, a mudança de perfil deu-se pelas transformações conjunturais pela qual passava o país “e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas”.

Os problemas para a imprensa assumiram outras características, sendo a primeira de teor contraditório: são empresas capitalistas que servem “um poder que corresponde a relações predominantemente pré-capitalistas”. O mecanismo para contornar isso, é justamente “o aparecimento de jornais de virulenta oposição, confrontando aqueles jornais que se subordinavam ao poder”, rendendo-se à venda da opinião defendida abertamente pelo então presidente da Campos Sales: “não tem nenhum escrúpulo em comprar a opinião da imprensa e de confessar nuamente essa conduta”, que também foi adotada por outros presidentes.¹⁷ A principal preocupação à época era com a o fato político. Diante disso, “as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos” ... daí o caráter pessoal que assumem as campanhas’... a necessidade de endear ou de destruir o indivíduo “... daí a virulência da linguagem da imprensa política”. ...Não se trata de condenar ‘a política’... trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo”.

O início do séc. XX, diante das possibilidades vindas do movimento reformista, a Federação dos Estudantes, questio-

¹⁵ Sodré, ob. cit p.306

¹⁶ ob.cit. p.275-276.

¹⁷ Sodré, ob. cit, citando Luiz Edmundo.

nando a qualidade duvidosa da opinião nacional, resolve sugerir “propagar a instrução no seio do operariado, facilitando talvez assim, a solução do problema social”.¹⁸

É neste cenário que os primeiros jornalistas com caráter profissional, passaram a organizar-se em torno da idéia pioneira de Gustavo de Lacerda, de o Paiz, que, sabendo as condições pelas quais passavam eticamente e tecnicamente, proclamava: “O jornalismo, entre nós, não é uma profissão: ou é eito ou é escada para galgar posições”.¹⁹ No entender de Sodré²⁰, o surgimento da ABI, em 7 de abril de 1908, dava-se em seu ideal como um “erro de concepção”, pois deixando de lado as relações capitalistas, a profissionalização e ainda insipiente divisão de trabalho, propunha em seu idealismo conciliar tais contradições admitindo a unidade onde havia sérios antagonismos. Em outras palavras, agregar na ABI proprietários de jornais e o pessoal da redação. Eis aí um problema de identidade, pois acentua Pontes (1988:4) “quase ninguém aceitava a idéia maluca de reunir os que trabalhavam na Imprensa, sem distinção de categorias numa entidade que ao mesmo tempo tivesse caráter sindical e assistencialista e desse aos jornalistas a pretenciosa condição de força orientadora da sociedade.”

Ainda de acordo com Pontes²¹: “Desde 1935 até 1945, a liberdade de imprensa ficou reduzida a zero”, tendo sido registrado nesse período a invasão e destruição de vários jornais. A trégua parece ter ocorrido durante o governo JK, “momento de maior liberdade de imprensa que o país viveu”. Já para Barbosa Lima Sobrinho, em 1988, reconhecia que “o pior período foi durante a vigência do AI-5” (1968-1978), mas reconhece que hoje “a liberdade é ampla mas pairam sobre ela os entulhos do Regime Autoritário e a Constituinte demora a mandar para o lixo da história”.²²

¹⁸ Sodré, ob. cit. p.307.

¹⁹ id. ib. p.307.

²⁰ Sodré, 1983, ob. cit. p.308-309.

²¹ Pontes, ob. cit. p.10

²² Pontes, ob. cit. p.14

No tocante à identidade do jornalista e suas crises, a primeira contribuição significativa vem do então jornalista Barbosa Lima Sobrinho, que em 1923 escreve “O Problema da Imprensa” (1997), ensaio tendo como mote o projeto de lei de imprensa do senador paulista Adolfo Gordo. Em suas palavras fica evidente sua preocupação, ...” num momento em que tanto se avolumou a campanha contra o jornalismo, alvo de uma lei opressora, pareceu-me oportuno expor os verdadeiros aspectos da imprensa, na coragem com que venceu obstáculos e na constância com que prepara o mundo para o porvir”.

De acordo com Marques de Melo (1998:23), ...” em torno desse ‘problema’, ele constrói uma análise multidisciplinar do fenômeno jornalístico na sociedade brasileira”, cujos “parâmetros (...) se revelariam consistentes e lançaria as bases de uma nova disciplina acadêmica”. A seu ver com esta contribuição ...”o jornalismo deixava de ser simples ‘ofício’ [e] ...”converte-se em práxis, ou melhor, em conhecimento socialmente utilitário”...

Levantamento feito por Marques de Melo (1984) permite identificar no tempo, a preocupação e a contribuição de outros profissionais e especialistas que se debruçaram sobre o objeto jornalismo. Em tese de 1965, por exemplo, João Feder colocou em xeque a lei de imprensa, defendendo sua revisão e formulação. Horneff (1977), por sua vez, debruça-se sobre a crise mundial de papel, averiguando o nível de dependência editorial dessa indústria. Preocupado com o ensino, Marcello de Ipanema (1976), busca em tese de livre docência, instrumentos que se adaptem e sejam aceitos na criação de cadeiras como “História da Imprensa” e “História da Comunicação”, sugerindo cronologização destas histórias por meio de periódicos.

Se na década de 60 os estudos abordavam basicamente a comunicação de massa, seus efeitos e mesmo os estudos desta ligados à agricultura e ao desenvolvimento, igualmente em meados desta área e a década posterior é possível observar o começo de preocupações relacionadas a melhor compreensão da imprensa em si em termos conceituais e definidores (BELTRÃO,1960), esporços estudos sobre o levantamento histó-

rico (BAHIA, 1960; BARROS, 1978), de determinados jornais (SOBRINHO, 1979; BARROS, 1978), sua história ou trajetória, sem ignorar os esforços relacionados à compreensão da linguagem (Beltrão, 1976) e das técnicas que envolviam este fazer (Amorim, 1967). Paralelamente a isso, notam-se estudos relacionados aos interesses de controles exercidos sobre a imprensa (Costella, 1970) sob variados prismas, mas sobretudo o de teor político...

Na década de 80, o avanço tecnológico, o enriquecimento técnico, a consolidação de empresas jornalísticas e os estudos ligados à área ganham dimensão. Persistem estudos relacionados ao levantamento histórico (COSTA FILHO, 1980) e o reconhecimento do legado e da contribuição da imprensa (D'ABBADIA, 1981; CAPELLATO, 1981 e 1983), mas também uma forte tendência dos estudos que buscam entender os variados níveis de penetração do poder, suas estratégias e prevalências (CAPARELLI, 1980; 1980a; 1982, 1982a).

Surgem também outras variáveis de estudo ligadas, por exemplo, à mudança do perfil profissional (BUIIONI, 1981; CHARGEL, 1982), bem como no tocante à segmentação que passa a reforçar não só o avanço do jornalismo como pragmática específica (BUIIONI, 1982) e estratégica para as organizações (AMARAL, 1980), mas também como objeto de estudo (CAMARGO, 1981). A questão ligada à liberdade de imprensa (BANDECCHI, 1981) não foi deixada de lado, mas perdeu dimensão ou refinou-se em suas abordagens em estudos posteriores, sendo estes associados mais à pragmática.

Uma obra cujo conteúdo perpassa três décadas e continua atual em muitos aspectos é "O Papel do Jornal", de Alberto Dines (1986). Como diz Marques de Melo no prefácio da 4ª edição, "ao escrevê-lo, o jornalista capta os dados fundamentais do momento histórico – a crise da imprensa no bojo da crise econômica internacional (escassez de papel, escassez de petróleo) e da crise política nacional (esgotamento do regime militar instaurado em 1964)". E ao fazer isso, certamente(...) 'realizou um trabalho de cientista do jornalismo'.

A partir do mote da crise do papel²³ Dines aproveita para dissertar sobre vários aspectos ligados ao fazer jornalismo, desde a contextualização histórica, o uso e desuso das teorias, transitando pelas entranhas de uma redação e avançando nas questões éticas e anti-éticas que se processam nestes momentos, sem desprezar inclusive o leitor, evidenciando, por exemplo, que o “jornalista é o leitor em função emissão”.²⁴ Notadamente faz nesta reflexão o que sugere logo de início ao esboçar que à ocasião não se vivia uma mas várias crises concêntricas” que afetam a todos, ao jornalismo, motivo pelo qual os jornalistas certamente não ficariam isentos. Mais que isso, sugere que é preciso... “extrair ensinamentos das crises” [de modo a]²⁵ “tirar proveito”

Apesar de ter a idéia de escrever a história da ABI desde 1948, Morel só concretiza isso em 1985 quando, sob os ventos da redemocratização. Sua preocupação não é abordar diretamente as crises jornalísticas, mas sim registrar a história da identidade da ABI, a partir da contribuição de cada presidente, oferecendo assim as dificuldades enfrentadas por estes. Ou como no dizer de Geraldo Mello Mourão, ...” se reconta a história das intrigas e pressões econômicas... por outro [lado]²⁶ não poupa aos vendilhões de classe certos golpes de sua pena irada”.²⁷

Tal como Morel, Rizzini (1998), pelas mãos de Antonio F. Costela, tem publicado suas principais preocupações e reflexões em torno da Liberdade de Imprensa, por exemplo abordando a evolução histórica desta no Brasil. Em sessão do Instituto Histórico Geográfico de Petrópolis com mesa presidida pelo então presidente General Eurico Gaspar Dutra, constatando que no país ainda não havia uma opinião pública como

²³ A crise do papel tem início na década de 60 e acentua-se na década de 70 com a crise do petróleo.

²⁴ Dines, ob. cit. p.54.

²⁵ O grifo é do pesquisador.

²⁶ O grifo é do pesquisador.

²⁷ In Morel, ob. cit. Introdução.

a da Inglaterra e em virtude de alguns desvios de certos jornalistas, acentua que “longe de uma regulamentação da liberdade inócua, como as anteriores, precisamos de uma regulamentação eficiente” .

Rizzini, discorrendo sobre este direito —entre 1945 e 1969— por meio de moções, artigos ou conferências, já observara a imutabilidade no trato da liberdade de imprensa, pois ao retratar os 130 anos desta no Brasil, revela: “1º, que o seu conceito fundado na irrestrição jamais se alterou; 2º, que a repressão dos excessos varia quanto à definição e punição dos delitos, tampouco mudou em substância, sempre se afirmando inepta e ineficaz. Além de atacar a ocultação da autoria, que geralmente esconde em testas de ferro, também acentua “que a liberdade, vive abandonada da proteção legal e, portanto, em permanente estado de insegurança”. Rizzini assevera e cobra, em sintonia com os anseios de sua época, uma regulamentação adequada, capaz de resguardar a ordem civil, as instituições republicanas, os credos, as religiões, os bons costumes, ... e a honra dos cidadãos”, de modo “que extinga o anonimato e que colha e puna a autoria” .²⁸ Por isso fazia questão de acentuar, estabelecendo assim um contraponto: “Que a imprensa brasileira seja sempre e cada vez mais livre, mas que também seja sempre cada vez mais responsável” .

No tocante à organização da classe jornalística são expressivas as preocupações, contribuições e sistematizações elaboradas por Edgard Leuenroth, - jornalista e militante anarquista— contribuição que foi guardada por Luiz Beltrão. Este, por sua vez, transferiu em 1980 os originais para José Marques de Melo, que providenciou publicação. Ao sistematizar o registro de surgimento desta classe —esboçada e apresentada no IV Congresso Nacional de Jornalistas em Recife, em 1951— , Leuenroth deixa claro o fato de ter sido nas primeiras décadas do séc. XX a inteira mobilização destes profissionais, sobretudo nas décadas de 30 e 40, sendo esta última de projeção no âmbito da federação, com a criação da “Federação das As-

²⁸ Rizzini. Liberdade de imprensa, ob. cit. p. 41.

sociedades de Imprensa do Brasil, fundada em 04 de novembro de 1939...sessão... “realizada na sede da Associação Paulista de Imprensa”, bem como a fundação da “primeira Federação Interestadual dos Trabalhadores de Imprensa, compreendendo as instituições sindicais representativas da classe da Capital Federal e dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás”.²⁹

A maturação em torno das possibilidades do fazer jornalístico e dos impasses pelos quais passa esse profissional recebe a contribuição de Cremilda Medina, em 1982, quando a pedido do Ciespal, elabora “Profissão Jornalista: responsabilidade social” atitude que os editores estranham ter vindo de Quito. Mais estranhável, no entanto, era o fato que tal publicação evidenciava a “inércia das instituições culturais brasileiras”.³⁰ Esta reflexão, sem deixar de considerar a contribuição feita até então à área ... “preenche uma séria lacuna na produção bibliográfica latino-americana”, não só contestando “a dependência secular das fontes exclusivamente estrangeiras”, mas também por permitir dosar todas as contribuições internacionais de realidades e sociedades em vários estágios, com aprofundamento de nossa própria realidade”.³¹

É evidente a preocupação de Medina quanto a formação do jornalista, tal como já havia observado Dines, mas aqui aproveita para resgatar vários pensadores, idéias, teorias e práticas viáveis e inviáveis, sempre que possível associar isso à necessidade de preparação, técnicas mais adequadas e formação profissional. Faz isso para reforçar a existência de erros e a necessidade de acertos para que a sociedade brasileira ultrapasse o impasse do presente (referindo-se à década de 80 rumo à de 90). Mas não ignora que mesmo no cenário das sociedades democráticas a ação de forças autoritárias podem ocorrer dentro do que sugere o sociólogo norte-americano Schatt Schneider, (interpretado por Medina, p.278) “um sistema polí-

²⁹ Leuenroth, 1987 ob. cit. p.147-149.

³⁰ Medina, Jornalista: responsabilidade social.ob. cit., p13.

³¹ Medina, ob. cit. p.17-18.

tico pode ser capaz de absorver demandas de tipo privado, sem permitir que se transformem em questões políticas". O "regime democrático, no sentido proposto por Schatt Schneider, começa a aparecer quando as demandas de participação política são aceitas e legitimadas enquanto tais".

A técnica, sua evolução e revolução no fazer, também perpassa a obra desta autora, aspecto esse que é acentuado no trabalho de Travancas (1993). Acompanhando esses profissionais em seu fazer, a autora sentiu a necessidade de dividir a amostragem em duas gerações e, ao fazer isso traz contribuições notáveis que são esboçadas em sua conclusão, pois nota que estes preservam certas afinidades, por exemplo no fato de ambas amostragens estarem "influenciadas por diferenças" econômicas.

Travancas, na realidade começa a indiciar, com seu estudo, que esta categoria está inserida em um universo individualista, que é múltiplo na atualidade e que se expressam por meio de uma tensão, o que justifica, a seu ver, a "acirrada competição" que travam entre si. Mais que isso, estes tentam, por meio de projetos individuais, "organizar e dar sentido à fragmentação da sociedade moderna, onde há maior diversidade de domínios".³² Portanto, ... "suas experiências e vivências apresentam ambigüidades e contradições, baseadas naquilo que denomina "uma imagem ambígua e contraditória", ou seja: "Ele fascina e atrai; mas também é repudiado e desprezado por ser ameaçador".³³

Para entender esta metamorfose do jornalismo, Ribeiro (1994) diz que 'é preciso distinguir... entre jornalismo (conjunto de técnicas, saber e ética voltado para a captação da informação), imprensa (divulgação diária de notícias feita normalmente através de jornais e revistas) e empresa jornalística (estrutura econômica destinada à comercialização do material impresso).

³² Travancas, ob. cit, p.105

³³ Travancas, ob.cit. p.107.

Descompasso entre o modelo familiar das empresas e os modernos modelos administrativos, misturam-se no cenário delineado por Ribeiro. Ainda assim, Ribeiro presencia elementos tradicionais característicos, por exemplo o ofício tal como uma religião, “do ponto de vista antropológico e até psicológico”.³⁴ ao relacionar e explorar as várias discrepâncias e descompassos facilmente identificados na segunda metade da década de 80, este autor deixa transparecer em todo processo, elementos da identidade que “resulta do entrecruzamento de referências históricas, da identidade da empresa, da subjetividade e da classe social preponderante no grupo de jornalistas”.³⁵

De um modo ainda mais incisivo, Marcondes Filho (1993), frente as mudanças ocorridas com o fim do socialismo e o acentuado incremento das tecnologias, afirmando que “já não se pode mais falar de comunicação sem mencionar ao mesmo tempo este novo quadro marcado e influenciado por estas tecnologias”,³⁶ fenômeno que, ao seu ver, pode ser caracterizado por três aspectos: 1. O processo universal de desencanto; 2. Crise dos metarrelatos; 3. O fenômeno da Pós-História.

No primeiro, o predomínio da razão, da racionalidade e tudo que esta sugere, colocando a técnica como condição à qual os seres humanos tem de se submeter, denunciando assim a crise do humanismo. No segundo, o desaparecimento das grandes decisões que orientavam a filosofia, a religião e a política, notadamente, diante da preponderância técnica. Assim, com uma racionalidade funcional, “as coisas só existem para aquele fim imediato”.³⁷ No terceiro caso, significando também o fim da metafísica, que leva à crise da verdade e da essência, indo por terra as idéias religiosas de natureza ética, mas também a hermenêutica caem a desconfiança nas interpretações.

A partir disso, Marcondes Filho acentua a outra face do jornalismo, que qualifica como *álibi*; ou seja, os elementos com

³⁴ Ribeiro, ob. cit. p.123.

³⁵ id. Ib.,p.199.

³⁶ Marcondes Filho, 1993, p. id.ib.,p.83.

³⁷ Marcondes Filho, ob. cit.p.86

os quais lida: as aparências, a superfície, a objetividade paradigmática ao momento dominante, o fato instrumentalizado e outros aspectos que avançam no contexto da subjetividade e da ficção e que, segundo ele, o jornalismo soube se apropriar.

Preocupadas com este avanço da técnica, Peruzzo e Kunsch (1995) organizaram algumas das principais discussões do XVI Congresso Intercom; entre 3 e 7 de setembro de 1993, tendo como mote as "Transformações da Comunicação: ética e técnicas". Nestas reflexões, pode-se notar a preocupação em uma definição, redefinição e ajuste nos aspectos éticos, morais e os que são acionados e assimilados pela comunicação por meio de novas tecnologias a ponto de Rodrigues³⁸ sugerir um novo sistema de "ética pragmática", bem como um novo modelo de solidariedade, que qualifica da "solidariedade por conexão", baseadas nas "escolhas aleatórias" típicas da rede telemática.³⁹

Da mesma forma, Marques de Melo,⁴⁰ observa se, no caso do Brasil, o emprego de vários tipos de éticas às quais a população é submetida (Ética da Repressão que posteriormente forja a Ética da Resistência), bem como a Ética da Denúncia, postura que os comunicadores assumem com a atitude contestatória e que, mediante o fracasso nacional contra os vícios incrustados, cria a Ética do Ceticismo igualmente exposto pela mídia. Por isso, à época, Marques de Melo sugere um novo padrão ético, a do "Interesse Público", de modo a mobilizar todos os segmentos, sobretudo o da comunicação".

O aspecto da "importância do *ethos* e da ideologia do jornalista" ganha destaque neste processo uma vez que neste sistema de produção, nas hierarquias também são formadas por jornalistas, editores, secretários de redação, subeditores, de modo que o contraste social da informação e os mecanis-

³⁸ Citado em Peruzzo e Kunsch (orgs), ob.cit.,p.53.

³⁹ Peruzzo e Kunsch, ob. cit. p.53-54

⁴⁰ Marques de Melo, 1998, p. 67-73.

mos de supressão ou filtragem (...) dificilmente podem ser operados sem cooperação dos próprios jornalistas".⁴¹ Por conta disso, faz sentido o emprego da auto-censura citada por Kucinski.⁴²

Nesta trajetória, considerando as variáveis exógenas as quais está sujeito o jornalismo, ganham expressão as abordagens feitas no âmbito internacional, por exemplo na Europa, em 1997, por Martinez Albertos. Em "El Ocaso del Periodismo", este autor, sem desconsiderar reflexões anteriores que já sinalizavam para o predomínio tecnicista, (El lenguaje periodístico, 1989), aborda de maneira incisiva a ampliação deste impacto tecnológico no fazer jornalístico, fazendo com que este perca o sentido, em primeiro lugar pela simbiose que ocorre entre os meios (TV, rádio e impresso) com apoio de bancos de dados.

Assevera, ainda, que nestas circunstâncias, "en estas nuevas circunstancias, los valores que hicieron posible ese discurso de la modernidad llamado periodismo tienen cada vez menos importancia para las actuales generaciones de jóvenes y adolescentes".⁴³

O periodismo, portanto, tornar-se-ia outra coisa "tal vez a la provisión on line de material de consulta para navegar por el ciberespacio – que vendra a sustituir ventajosamente el trabajo social que hasta ahora las sociedades modernas venían encomendando a los periodistas".

Mais que isso, recorrendo a reflexões e definições prévias de Dovifat⁴⁴, Morris Janowitz e Robert Shulzo⁴⁵, Speroni⁴⁶, e

⁴¹ Kucinski, ob. cit. p.27.

⁴² id. ib. ob. p.51-54.

⁴³ Martinez Albertos, ob. cit. ob. 37.

⁴⁴ Dovifat, , Periodismo, México: UTEHA, 1959.

⁴⁵ Citado em ECO, U. y otros, los efectos de las comunicaciones de masas, Buenos Aires: Ed. Jorge Alvarez, 1969.

⁴⁶ Ver "¿ y los periodistas terminales?" en Corriere della Sierra, 13 nov – 1995.

Smith⁴⁷, ou seja de que as notícias são para “publico amplo, heterogêneo y geográficamente disseminado” concluindo que... o futuro da informação está cada vez mais nas mãos de grandes provedores de dados. Acentua, ainda, que esta profecia está ocorrendo diante de nossos olhos é o resultado de uma evolução de u número crescente de pessoas das áreas desenvolvidas, para quem o jornalismo é dispensável. A justificativo reside no novo tipo de comunicação individualizada, “que se entiende hoy dia por self-communication”.⁴⁸

A análise crítica sobre o jornalismo que vem sendo praticado nos EUA vem de William A Hachten, que em “The Troubles of Journalism”, (2001) apesar de reconhecer a importância que as notícias têm nas democracias – “an open, democratic society without independent news media is impossible to imagine –⁴⁹ também acentua que, atualmente,... “A central problem for serious journalism is how to manage gossip as news, how to keep it from everwhelming the significant news that must be reported”.⁵⁰

O jornalismo e a credibilidade dos jornalistas está sob risco em virtude de uma série de aspectos oriundos em grande parte das mudanças iniciadas no século XX e continuadas no século XXI, por meio do que visualmente são chamadas de “conglomerate”, fazendo com que... “The future of independent news gathering appears threatened when news media are submerged into entertainment comparies”.⁵¹ Com isso, o futuro do jornalismo passa a ser o que qualifica de ... “watchdog on the government (and corporations) is threatened when big organizations that do business with the U.S. government” ... “have swallowed major news media”.⁵²

Baseado nisso e na tabloidização que vem ocorrendo com as notícias nos veículos, procura focar “on serious news

⁴⁷ Ver. Goodbye Gutenberg, Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.

⁴⁸ Martinez Albertos, ob. cit., p.50.

⁴⁹ Hachten, W. ob. cit ,p.xvi.

⁵⁰ id. ib. xix.

⁵¹ id.ib., p.66.

⁵² Hachten, ob. cit.,p.66.

overage, primarily American journalism, and how news is gathered, edited, and disseminated here and abroad".⁵³ Além deste fenômeno, - ou por decorrência - há também o "mixing of facts and opinion, lowering of standards, and trivialization, as wells as media consolidation and commercialization to increase profitability ".⁵⁴

O esforço de Hachten em expor os atuais problemas do jornalismo contemporâneo inúmeras vezes recorre ao trabalho de Kovach & Rosentiel (2001), que em 1997, diante da crise de credibilidade que assolava a imprensa nos EUA reuniram editores, produtores, nomes expressivos de TV e professores universitários iniciando uma discussão que se estendeu até 1999 e o que os mobilizava eram os problemas que o jornalismo apresentava. "Seu medo maior era que no lugar de prestar um serviço público relevante, o jornalismo na verdade estava prejudicando esse nobre propósito".⁵⁵ Para os autores, a falta de clareza na aplicação da teoria do jornalismo "enfraqueceu o jornalismo e agora enfraquece a sociedade democrática". O problema que se dispuseram resolver eram basicamente duas questões:⁵⁶ 1) "Se os profissionais de jornalismo achavam que seu ofício deveria ser diferente de outras formas de comunicação então no que consistiria essa diferença?" 2) "Se eles consideravam que o jornalismo precisava mudar, mas sem mexer em certos princípios básicos, então quais seriam esses princípios?"

O trabalho mostrou que existem "alguns princípios com os quais os jornalistas concordam - e os cidadãos têm o direito de esperar".⁵⁷ E o primeiro "é fornecer informação às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se auto-governar".⁵⁸ Para tanto, há que se atentar para o seguinte: (Kovach & Rosentiel, ob. cit., p.22-23). "1) A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade; 2) Sua primeira lealdade é com o cidadão; 3) Sua essência é a disciplina da verificação; 4) Seus pra-

⁵³ Hachten, ob. cit. p.xxvi.

⁵⁴ id. ib. p.xxvi.

⁵⁵ Kovach & Rosentiel, ob. cit. p.19.

⁵⁶ id. ib. p.21.

⁵⁷ id. ib.,p.22.

⁵⁸ id. ib. p.22.

ticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem; 5) O jornalismo deve ser um monitor independente do poder; 6) O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público; 7) O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante; 8) O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional; 9) Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com a sua consciência;”

Na realidade, a obra “Os elementos Jornalismo” constitui “um primeiro passo para ajudar os jornalistas a articular esses valores e por sua vez ajudar os cidadãos a exigir um jornalismo ligados aos princípios que um dia criaram a imprensa livre”.⁵⁹ Kovach e Rosentiel entendem que apesar do jornalismo ter passado por várias transições, o choque atual parece ser mais dramático. “Pela primeira vez em nossa história, mais e mais as notícias são produzidas por empresas não-jornalísticas” (...) “Existe o risco de que a informação independente seja substituída por um comercialismo egoísta fazendo pose de jornalismo.”⁶⁰

Mais que isso, tal fenômeno ocorre a ponto de ameaçar a 1ª Emenda Americana (imprensa livre é uma imprensa independente) mesmo sem a interferência governamental”.⁶¹ Ao que tudo indica, neste novo cenário a credibilidade do jornalista e do jornalismo parece estar afetada não só pelo fato de o interesse do público estar se voltando mais para o bem estar, mas também porque o jornalismo passa a ser considerado com um mero conteúdo dentro da mídia global.

Recentemente, procurando diferenciar o jornalista — como produtor de conteúdo— do comunicador que geralmente é confundido com as outras atividades dos meios comunicacionais, Kunczik (2002), situando este como profissional —“principal ou suplementar das pessoas que reúnem, detectam, avaliam e difundem as notícias”⁶²—, conseguindo

⁵⁹ Kovach & Rosentiel,, ob. cit. p. 24.

⁶⁰ id. ib. p. 24.

⁶¹ id. ib.p.32.

⁶² Kunczik, ob. cit. p. 16.

separar o entretenimento do jornalismo. Tal como nos EUA, na Alemanha a “fuga de cérebros jornalísticos” ocorre com a ocupação de cargos administrativos, lembrando igualmente que “o trabalho ‘genuíno’ de investigação, de redação e de edição, praticamente já não existe na atualidade” . Para tanto, averigua um contraditório quanto ao papel e à auto-imagem dos jornalistas, sendo este objetivo e neutro e, por outro lado ativo e engajado. O primeiro é mediador e eticamente distanciado; o segundo, um paladino de grupos abandonados.⁶³ A visão hostil deste profissionais em relação ao Estado, na visão deste autor, curiosamente passou a ser contraponto que além de tornar-se um “fenômeno decisivo para as primeiras definições da liberdade de imprensa” (Kunczik, ob. cit. p. 100), e apesar de não existir mais nos EUA e Europa Ocidental, segundo este autor, “ainda é utilizado como fóssil-guia para definir a liberdade e a auto-imagem do jornalista.”

Também observa p fenômeno da desprofissionalização” quando da discussão sobre o imperialismo cultural. Citando Hamelink (1983), evidencia a insistência na descentralização dos meios de comunicação tendo como contrapartida a “participação interna do sistema” . Assim, “o jornalista já não existiria como uma profissão” por direito próprio.⁶⁴

Recorrendo ao formato ensaio, Juremir Machado da Silva (2000) chega a ser um dos mais contundentes ao tratar os problemas pelos quais passa, hoje, o jornalismo brasileiro. Recorrendo a personagens hipotéticos —o esquerdista ilustrado, o aluno modelo e o idiota tecnológico— mostra que estes, permutando a crença comum da “verdade do jornalista e da informação,⁶⁵ delinea o perfil do jornalista que, estar isento de culpa pela crise que passa, estes, os jornalistas, têm, sim, “uma parte (raramente assumida) de responsabilidade na transformação da mídia em lata de lixo da história” .⁶⁶

⁶³ id. ib. p.97-98.

⁶⁴ Kunczik, ob. cit. p.144

⁶⁵ Silva, ob. cit. p.11

⁶⁶ id. ib., p.13

Apregando que “patrões e jornalistas rezam ...pela mesma cartilha técnica, mesmo quando professam ideologias opostas”, entende que “a ideologia do simples, fácil, leve e bonito e espetacular venceu”, porque “não há mais sensacionalismo, pois tudo é sensacional”.⁶⁷ O conteúdo do jornalismo, com expressiva adesão dos jornalistas, parece ter perdido sentido: o veículo impresso tenta se aproximar da linguagem da TV ou, como diz: “a imagem não se contenta em substituir a escrita; pretende superar o tédio da reflexão”.⁶⁸ Neste cenário, “o jornalismo entra na era do roteiro”⁶⁹ e, adotando um raciocínio do tipo “circular” pratica um tipo de “clip-jornalístico”, variáveis que, segundo Silva, contribui para a “servidão voluntária”. Com isso, ... “cria-se a notícia”, ... “esquenta-se o vazio”, ... “faz-se do inexistente um fato”.⁷⁰

Depois de sinalizar os problemas do jornalismo na transição do século XX para o XXI, (1993), Ciro Marcondes (2002) amplia suas preocupações em relação à nova fase do jornalismo, fenômeno que classifica como “quarto e último jornalismo”.⁷¹ O abalo que esta área vem sofrendo tem origem na década de 70 com uma “inflação de material” na realidade uma faceta das estratégias comunicacionais que avança para a substituição do “agente humano jornalista pelos sistemas de comunicação eletrônico”.⁷²

Estas características, além de alterar todo o fluxo informacional, situa o jornalista como “subconjunto (desvalorizado)”, bem como altera o status da comunicação na esfera pública na esfera pública: “hoje em dia já não se cria somente um produto de comunicação, mas acima de tudo, sua mediação, com derivações secundárias, terciárias, seus meios de infiltração”.

⁶⁷ id. ib. p. 13

⁶⁸ id. ib., p.14

⁶⁹ Silva, ob. cit. p. 14

⁷⁰ id. ib.p. 42

⁷¹ Marcondes Filho, 2002, ob. cit p. 30

⁷² id. ib. p. 30

Considerações

Como se pode notar, as preocupações em torno dos problemas que envolvem o jornalismo permite perceber esta atividade ontologicamente lidando com seus valores e por se basear nisso, sempre está sujeita a abalos. Além disso, colaboraram outros fatores, variáveis às quais está exposta, como a política, a área administrativa e da tecnologia —entre outras—, a ponto de colocar em risco sua existência.

Na realidade, o fazer técnico vem se aperfeiçoando, pouco importando-se se isso traz sobrevida à identidade do jornalista. Do mesmo modo, a infiltração de “qualidades” alheias, como entretenimento, espetacularização ou mesmo uma espécie de democratização lastreada pelas tecnologias parece trazer para esta profissão um risco, mas também possibilidades de desdobramentos e interfaces teóricas e técnicas.

O quadro normalmente pintado pelos autores reforçam geralmente —aberta ou veladamente— a necessidade de se manter certos princípios, parecendo ser o mais importante o relacionado à ética e à liberdade e autonomia para agir. Vale observar que em todos os autores, positiva ou negativamente, as crises pelas quais o jornalismo e os jornalistas passaram forma devidamente superadas ou assimiladas, uma vez que esta prática ainda resiste no espaço e no tempo.

BIBLIOGRAFIA

BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à filosofia do Jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir. 1960.

BUITONI, Dulcilia H. Schroeder. *Jornalismo: o tecido e o acontecido*. In: Revista USP junho/ julho/ agosto, São Paulo: USP, 1990.

DINES, Alberto. *O papel do jornal*. 4ª ed. São Paulo: Summus, 1986, p.19

DRUCKER, P. *Administrando em momentos de grandes mudanças*. São Paulo: Publifolha, 1999.

FERRATER MORA, J. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Dom Quixote, 1982.

GARCIA MORENTE, Manuel. *Fundamentos de filosofia I: lições preliminares*. 6ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1979.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HACHTEN, William A. *The troubles of journalism: a critical look at what's right and wrong with the press*. 2ª ed. New Jersey: LEA, 2001.

HOUAISS, A. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

KOVACH, Bill & ROSENTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUHN, Thomas S., *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Unesp/Fundação Perseu Abramo, 2005.

KUNCZIK, M. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul*. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. ComArte, 2002.

LEUENROTH, Edgard. *A organização dos jornalistas brasileiros: 1908-1951*. São Paulo: Com-Arte, 1987.

MARQUES DE MELO, J. *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2003

MEDINA, Cremilda Araújo. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MOREL, Edmar. *A trincheira da liberdade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense/Olho D'água, 1994.

RIZZINI, Carlos. *Liberdade de Imprensa*. Campos do Jordão, SP: Editora Mantiqueira, 1998.

TRAVANCAS, Isabel. S. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.